



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 13 de março de 2019

Ao Senhor
Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo
Presidente da Câmara Municipal

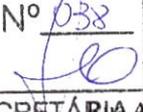
Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de encaminhar ao Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal uma cópia, autenticada pela Secretaria desta Casa, da Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de 2018, acontecida no dia 25 de fevereiro de 2019, nesta Câmara Municipal.

Atenciosamente,


VEREADORA CÁSSIA MURER MONTAGNER
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO	
Ordem	329
Nº 051	Livro Nº 038
13/03/2019	
SECRETARIA	

Alfredo Bueno, 1189 – Centro – Telefones (19) 3847-4336
www.camarajaguariuna.sp.gov.br



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Departamento de Contabilidade e Orçamento



Ofício nº 11/2019 - D.C.O. – SP.

Jaguariúna, 05 de Fevereiro de 2019.

A Sua Excelência Senhor
Presidente Walter Luiz Tozzi de Camargo
Câmara dos Vereadores
13.820-000 – Jaguariúna – SP

Assunto: **Audiência de Metas Fiscais**

Senhor Presidente,

Venho através deste, solicitar o agendamento para a Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna referente ao 3º Quadrimestre do ano de 2018, em cumprimento do disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101 de 04 de maio de 2000).

Atenciosamente,

Sissi Helena Roque
Diretora de Contabilidade e Orçamento

PROTOCOLO
Nº de Ordem <u>132</u>
Fls. Nº <u>33</u> Livro Nº <u>38</u>
<u>05/02/19</u> <u>Saia</u> Secretária

DEFERIDO

06/02/19

[Assinatura]
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Jaguariúna, 6 de fevereiro de 2019

Ofício nº 79/2019.- PRE

Senhora Presidente,

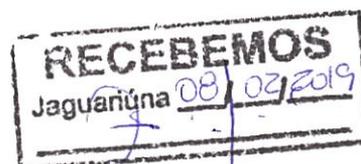
Passamos às mãos de Vossa Excelência para análise desta Comissão, carta da Diretora de Contabilidade e Orçamento, que solicita convocação de Audiência Pública para **avaliação do cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre/2018**, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000.

Atenciosamente,


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente

À Senhora

Vereadora Cássia Murer Montagner
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Jaguariúna – S.P.





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 8 de fevereiro de 2019

Ao Senhor
Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo
Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos de Vossa Excelência, a convocação de Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de 2018, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000, se possível na data de **25 de fevereiro corrente (segunda-feira), às 18h30min**, nesta **Casa de Leis**.

Atenciosamente,


VEREADORA CÁSSIA MURER MONTAGNER
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	<u>147</u>
Fls. Nº	<u>035</u>
Livro Nº	<u>038</u>
<u>08/02/2019</u>	
SECRETARIA	

DEFERIDO
08/02/19

PRÉSIDENTE



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



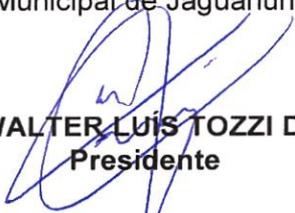
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2019 **DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019.-**

WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 001/2019, a ocorrer no dia **25 de fevereiro de 2019 (segunda-feira)**, às **18h30min**, na **Sala das Sessões desta Câmara Municipal** para:

- **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2018 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-**

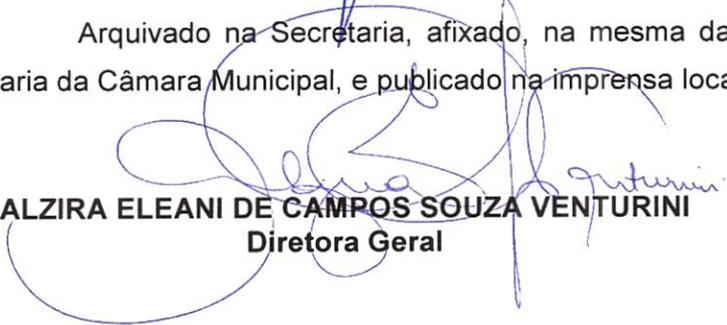
Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 8 de fevereiro de 2019


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente



Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.


ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

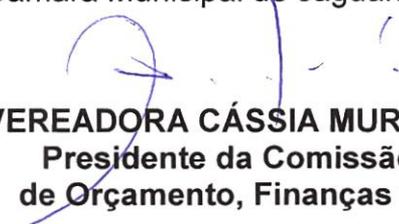


COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2018**, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia **25 de fevereiro de 2019, segunda-feira**, às **18h30min**, na **Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2019


VEREADORA CÁSSIA MURER MONTAGNER
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 8 de fevereiro de 2019

À Senhora

Cristina Aparecida Rossi Serra

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Jaguariúna – S.P.

Prezada Senhora

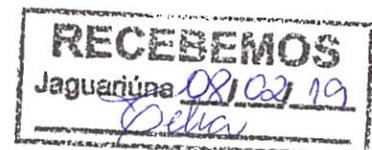
Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 25 de fevereiro de 2019, segunda-feira, às 18h30min, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2018**.

Solicitamos que sejam enviados técnicos dessa Secretaria que possam discorrer sobre as Metas Fiscais, esclarecendo-nos sobre as dúvidas que certamente surgirão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria nossas manifestações de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


VEREADORA CÁSSIA MURER MONTAGNER
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2018**, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia **25 de fevereiro de 2019, segunda-feira, às 18h30min**, na **Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2019


VEREADORA CÁSSIA MURER MONTAGNER
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



16 DE FEVEREIRO DE 2019



IMPrensa Oficial DO MUNICÍPIO DE JAGUARIUUNA

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE
MEIO AMBIENTE, USO, OCUPAÇÃO E PARCELA-
MENTO DO SOLO

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, convida toda população para a AUDIÊNCIA PÚBLICA para estudos do projeto abaixo relacionado que ocorrerá no próximo dia 27 de fevereiro de 2019 (quarta-feira), às 18h00, na Sala das Sessões da Câmara Municipal:

Projeto de Lei nº 082/2018, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a construção de novos edifícios de apartamentos residenciais ou de qualquer outra natureza de até 12 (doze) pavimentos, e dá outras providências.

Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2019

VEREADOR RODRIGO DA SILVA BLANCO
Presidente da Comissão Permanente
de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento
do Solo

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO,
FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2018, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 25 de fevereiro de 2019, segunda-feira, às 18h30min, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2019

VEREADORA CÁSSIA MURER MONTAGNER
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2019.
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2019.-

WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 002/2019, a ocorrer no dia 27 de fevereiro de 2019 (quarta-feira), às 18:00 horas, na Sala das Sessões da Câmara Municipal para estudos do seguinte:

Projeto de Lei nº 082/2018, do Executivo Municipal,

quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2019
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019.-

WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 001/2019, a ocorrer no dia 25 de fevereiro de 2019 (segunda-feira), às 18h30min, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

☒ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2018 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 8 de fevereiro de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 2ª Sessão Ordinária, de 12/02/2019

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

1. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal se este ano os uniformes escolares serão entregues aos alunos do Município de Jaguariúna;

2. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal informações sobre qual a previsão de entrega de novas creches na cidade;

3. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal informar qual a previsão de conclusão das Unidades Básicas de Saúde "UBS" que estão em obras;

4. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao

Federativa do Brasil, para que sejam feitos esforços para a punição dos possíveis responsáveis pelo acidente com a barragem em Brun ocorrido em 25 de janeiro de 2019;

7. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto ao Executivo Municipal informar como é aplicada a Lei Federal nº 12007/2009 que trata sobre a emissão de declaração de quitação de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados;

8. Do Sr. David Hilário Neto ao Executivo Municipal fornecer a esta Câmara Municipal atualizada do Conselho Municipal de Controle e Controle Social do FUNDEB, do Município de Jaguariúna, dentre outras informações;

9. Da Sra. Inalda Lúcio de Barreto Inalda Cabeleireira, solicitando ao Executivo Municipal informar porque não foi atendida a Indicação nº 290/02018 de sua autoria, construção com cobertura de um ponto na Rua Joaquim Elias, em frente ao Posto Jardim Pinheiros;

10. Do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando à EMTU - Empresa Municipal de Transporte Urbano informações sobre a passagem de 11,7% na passagem dos ônibus que circulam no Município de Jaguariúna/Campinas (com cópia para o Executivo Municipal);

Indicações:

1. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal criar, na Secretaria de Saúde, uma Comissão Especial de apuração de erros no atendimento hospitalar de Jaguariúna;

2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal elaborar lei, regulamento ou decreto para que haja possibilidade de transferência da titularidade de água do proprietário para possível locatário;

3. Do Sr. José Muniz - solicitando ao Executivo Municipal implementação de iluminação pública na rua Francisco Salles Pires, nº 311 ao nº 395, Br. Florianópolis;

4. Do Sr. José Muniz - solicitando ao Executivo Municipal trocar as placas de identificação das ruas do Bairro Pinheiros;

5. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal trocar as placas de iluminação pública queimadas nas pátulas de iluminação pública de entrada e acesso ao Bairro Residencial Helena;

6. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal trocar as placas de iluminação pública queimadas nas pátulas de iluminação pública



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



16 DE FEVEREIRO DE 2019



IMPrensa Oficial DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE
MEIO AMBIENTE, USO, OCUPAÇÃO E PARCELA-
MENTO DO SOLO

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, convida toda população para a AUDIÊNCIA PÚBLICA para estudos do projeto abaixo relacionado que ocorrerá no próximo dia 27 de fevereiro de 2019 (quarta-feira), às 18h00, na Sala das Sessões da Câmara Municipal:

Projeto de Lei nº 082/2018, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a construção de novos edifícios de apartamentos residenciais ou de qualquer outra natureza de até 12 (doze) pavimentos, e dá outras providências.

Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2019

VEREADOR RODRIGO DA SILVA BLANCO
Presidente da Comissão Permanente
de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento
do Solo

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO,
FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2018, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 25 de fevereiro de 2019, segunda-feira, às 18h30min, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2019

VEREADORA CÁSSIA MURER MONTAGNER
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2019.
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2019.-

WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 - Regimento Interno (artigo 71, inciso V), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 002/2019, a ocorrer no dia 27 de fevereiro de 2019 (quarta-feira), às 18:00 horas, na Sala das Sessões da Câmara Municipal para estudos do seguinte:

Projeto de Lei nº 082/2018, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a construção de novos edifícios de

quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2019
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019.-

WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 - Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 001/2019, a ocorrer no dia 25 de fevereiro de 2019 (segunda-feira), às 18h30min, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

☒ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2018 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 8 de fevereiro de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 2ª Sessão Ordinária, de 12/02/2019

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

1. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal se este ano os uniformes escolares serão entregues aos alunos do Município de Jaguariúna;

2. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal informações sobre qual a previsão de entrega de novas creches na cidade;

3. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal informar qual a previsão de conclusão das Unidades Básicas de Saúde "UBS" que estão em obras;

4. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal informar sobre previsão de início

Federativa do Brasil, para que sejam feitos esforços para a punição dos possíveis responsáveis pelo acidente com a barragem em Brumadour ocorrido em 25 de janeiro de 2019;

7. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto ao Executivo Municipal informar como está aplicada a Lei Federal nº 12007/2009 que dispõe sobre a emissão de declaração de quitação de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados;

8. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal fornecer a esta Casa Legislativa atualizada do Conselho Municipal de Acompanhamento e controle social do FUNDEB, do Município de Jaguariúna, dentre outras informações;

9. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros e Inalda Cabeleireira, solicitando ao Executivo Municipal informar porque não foi atendida a Indicação nº 290/02018 de sua autoria, para construção com cobertura de um ponto de Rua Joaquim Elias, em frente ao Posto de Jardim Pinheiros;

10. Do Sr. Ângelo Roberto Torres - Torres solicitando à EMTU - Empresa Metropolitana de Transporte Urbano informações sobre o aumento de 11,7% na passagem dos ônibus que fazem Jaguariúna/Campinas (com cópia para o Executivo Municipal);

Indicações:

1. Do Sr. Cristiano José Cecon - solicitando ao Executivo Municipal criar, na Secretaria de Saúde, uma Comissão Especial de apuração de erros no atendimento hospitalar de Jaguariúna;

2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal elaborar lei, regulamento ou decreto para que haja a possibilidade de transferência da titularidade de água do proprietário para possível locatário;

3. Do Sr. José Muniz - solicitando ao Executivo Municipal implementação de via única na rua Francisco Salles Pires, s/nº 311 ao nº 395, Br. Florianópolis;

4. Do Sr. José Muniz - solicitando ao Executivo Municipal trocar as placas com indicações das ruas do Bairro Pinheiros;

5. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal troca de queimadas nas pétalas de iluminação do terreno de entrada e acesso ao Bairro Residencial Pai Helena;

6. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal troca de queimadas nas pétalas de iluminação da P



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



20 DE FEVEREIRO DE 2019



20 DE FEVEREIRO DE 2019



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2019
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019.-**

WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO,
Presidente da Câmara Municipal de Jaguariú-
na, Estado de São Paulo, etc. no uso das
atribuições que lhe são conferidas, e com
fundamento na Resolução nº 060/1991 –
Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei
nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo
9º, § 4º), expede o presente Edital de Convo-
cação para a Audiência Pública nº 001/2019, a
ocorrer no dia 25 de fevereiro de 2019
(segunda-feira), às 18h30min, na Sala das
Sessões desta Câmara Municipal para:

Avaliação do Cumprimento das
Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2018 da
Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Fica encarregada de assumir os trabalhos de
referida Audiência Pública, a Comissão
Permanente de Orçamento, Finanças e
Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 8 de
fevereiro de 2019

**VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE
CAMARGO**
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma
data, no quadro de avisos da portaria da
Câmara Municipal, e publicado na imprensa
local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA
VENTURINI
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



20 DE FEVEREIRO DE 2019



PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

bairro

4.

26 DE FEVEREIRO DE 2019



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO,
FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2018, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 25 de fevereiro de 2019, segunda-feira, às 18h30min, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade. Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2019

VEREADORA CÁSSIA MURER MONTAGNER
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS – 3º QUADRIMESTRE DE 2018, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA AOS 25 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 18:30 HS, NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para a Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereadora Cássia Murer Montagner.
- A Sra. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereadora Cássia Murer Montagner, convida os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo a Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana, Vice-Presidente e o Sr. Luiz Carlos de Campos, Secretário.
- A Sra. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade explica o procedimento para a realização da referida Audiência.
 - O Representante da Secretaria de Administração e Finanças terá vinte minutos para fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais;
 - os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, na tribuna, tendo a Secretaria de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas;
 - as pessoas presentes na Assembléia também poderão usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto à funcionária da Câmara presentes na Assembléia;
- A Sra. Presidente passa a palavra ao Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para fazer a exposição das

METAS FISCAIS – 3º QUADRIMESTRE/2018

- Deixa livre a palavra aos inscritos, pela ordem, que terão no máximo, 5 minutos para uso da palavra.

-
-
- Palavras da Sra. Presidente.
 - Encerramento da Audiência Pública.
 - Secretaria da Câmara Municipal, aos 25 de fevereiro de 2019


Alana Emilia de Campos Souza Venturini
Diretora Geral



Prefeitura do Município de Jaguariúna

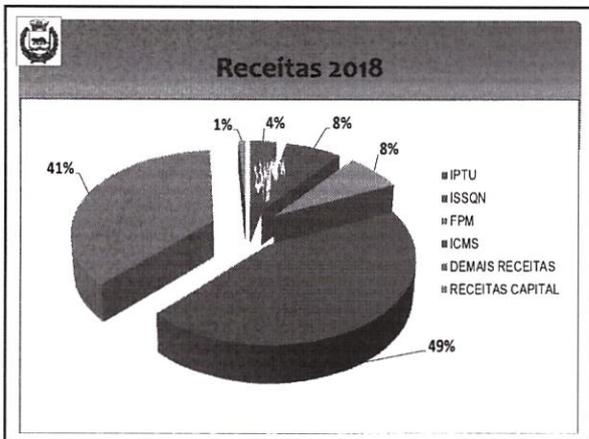
Audiência Pública

Metas Fiscais

3º Quadrimestre 2018

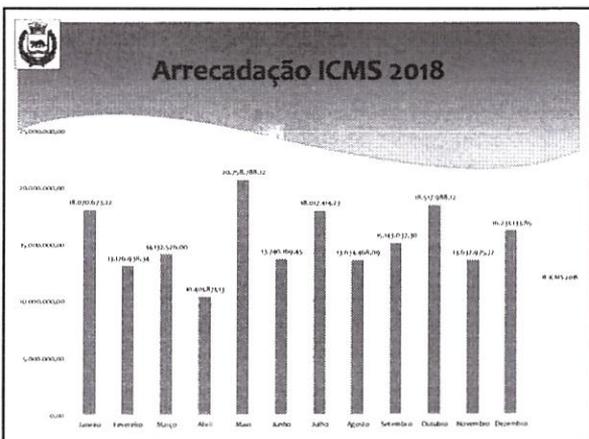
Receitas 2018

RECEITAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		3º QUADRIMESTRE	%
Receitas Correntes	R\$ 397.754.350,00	R\$ 389.437.484,44	61,80%
IPTU	R\$ 13.085.300,00	R\$ 12.090.348,59	92,39%
ISSQN	R\$ 35.673.600,00	R\$ 30.756.413,49	86,21%
FPM	R\$ 30.864.200,00	R\$ 30.596.197,48	99,13%
ICMS	R\$ 182.187.000,00	R\$ 185.407.983,57	101,76%
Demais Receitas Correntes	R\$ 135.259.250,00	R\$ 147.021.627,35	108,69%
(-) Contas Redutoras (ICMS, FPM, IPI, ITR, IPVA)	-R\$ 45.588.980,00	-45.741.885,48	100,33%
Receitas de Capital	R\$ 5.545.630,00	R\$ 2.908.891,69	52,45%
Transferências de Convênios	R\$ 1.945.630,00	R\$ 2.908.891,69	149,50%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 375.712.000,00	R\$ 336.490.486,73	89,56%



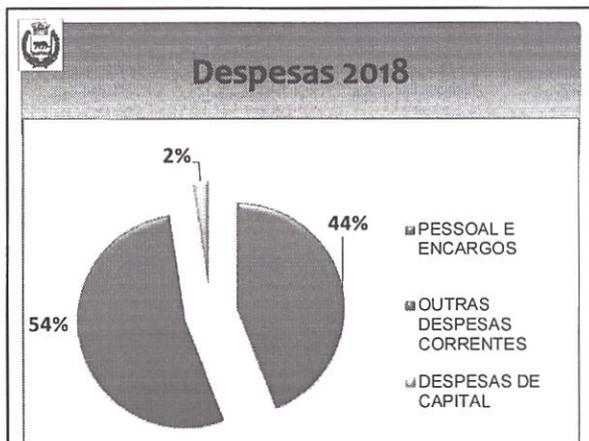
Arrecadação ICMS 2018

Mês	Valor
Janeiro	18.070.673,22
Fevereiro	13.126.938,34
Março	14.132.526,00
Abril	10.401.871,13
Maior	20.758.788,12
Junho	13.740.169,45
Julho	18.017.414,23
Agosto	13.634.468,09
Setembro	15.143.037,30
Outubro	18.517.988,12
Novembro	13.632.975,72
Dezembro	16.231.133,85
Total	185.407.983,57



Despesas 2018

DESPESAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		LIQUIDADADO	PAGO
Despesas Correntes	R\$ 327.597.970,00	R\$ 321.600.803,13	R\$ 313.557.499,16
Pessoal e Encargos	R\$ 142.601.862,77	R\$ 145.283.565,52	R\$ 144.822.956,46
Outras Despesas Correntes	R\$ 184.996.107,23	R\$ 176.317.237,61	R\$ 168.734.542,70
Despesas de Capital	R\$ 18.089.030,00	R\$ 7.575.627,96	R\$ 6.321.198,30
Investimentos	R\$ 18.089.030,00	R\$ 7.575.627,96	R\$ 6.321.198,30
Reserva de Contingenciamento	R\$ 30.025.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 375.712.000,00	R\$ 329.176.431,09	R\$ 319.878.697,46



Restos a Pagar

2012	
RESTOS A PAGAR	R\$ 343.412,15
PAGOS (ATÉ 31/12/2018)	R\$ 0,00
CANCELADOS	R\$ 0,00
SALDO A PAGAR	R\$ 343.412,15

2014	
RESTOS A PAGAR	R\$ 334.506,83
PAGOS (ATÉ 31/12/2018)	R\$ 0,00
CANCELADOS	R\$ 0,00
SALDO A PAGAR	R\$ 334.506,83

Restos a Pagar

2015	
RESTOS A PAGAR	R\$ 1.931.480,97
PAGOS (ATÉ 31/12/2018)	R\$ 0,00
CANCELADOS	R\$ 0,00
SALDO A PAGAR	R\$ 1.931.480,97

2016	
RESTOS A PAGAR	R\$ 4.695.623,77
PAGOS (ATÉ 31/12/2018)	R\$ 2.608.546,86
CANCELADOS	R\$ 0,00
SALDO A PAGAR	R\$ 2.088.076,91

Restos a Pagar

2017	
RESTOS A PAGAR	R\$ 20.086.917,75
PAGOS (ATÉ 31/12/2018)	R\$ 19.510.478,21
CANCELADOS	R\$ 0,00
SALDO A PAGAR	R\$ 576.439,54



Restos a Pagar - Resumo

SALDO A PAGAR	
2012	R\$ 343.412,15
2014	R\$ 334.506,83
2015	R\$ 1.931.480,97
2016	R\$ 2.093.986,91
2017	R\$ 576.960,75
TOTAL	R\$ 5.280.347,61

DÍVIDA CONSOLIDADA			
2018	1° QUADRIMESTRE	2° QUADRIMESTRE	3° QUADRIMESTRE
	R\$ 38.125.021,91	37.511.713,56	32.618.794,33

DÍVIDA CONSOLIDADA	
Detalhamento	
Descrição	Valor
JaguarPrev	R\$ 3.674.191,97
Cetesb	R\$ 212.211,61
Precatórios	R\$ 3.088.055,67
PASEP	R\$ 89.974,92
Secretaria de Estado da Educação	R\$ 975.340,41
Fornecedores	R\$ 24.857.016,53
Total	R\$ 32.618.794,33

Receita Corrente Líquida	
2018	
(A) RECEITAS CORRENTES	R\$ 389.437.484,44
(B) PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 10.114.003,92
(C) FUNDEB	R\$ 36.464.363,97
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A-B-C)	R\$ 333.916.600,52

Aplicações	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 333.916.600,52
DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 145.283.565,52
PORCENTAGEM RELAÇÃO R.C.L	43,50%

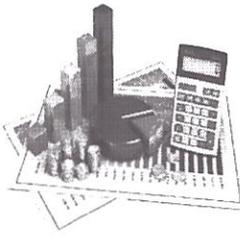
Receitas de Impostos	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
IMPOSTOS MUNICIPAIS	R\$ 51.776.536,93
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 31.641.431,69
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 197.861.107,25
TOTAL	R\$ 281.279.075,87

Aplicação na Saúde	
APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A. D.C.T	
(A) Receita de Impostos	R\$ 278.810.939,35
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 39.909.404,74
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 55.137.589,45
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 7.342.050,61
(E) Total Aplicado ((B+C-D))	R\$ 87.704.943,58
(F) Porcentagem Aplicação	31,46%

APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO	
(A) Receita de impostos	R\$ 281.279.075,87
(B) Total Empenhos Liquidados	R\$ 60.306.337,33
(C) Valor retido FUNDEB	R\$ 36.464.363,97
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 8.583.119,12
(E) Total Aplicado ((B+C)+D)	R\$ 88.187.582,18
(F) Porcentagem Aplicação (E / A)	31,35%

APLICAÇÃO FUNDEB	
(A) Valor recebido	R\$ 36.419.958,43
(B) Rendimentos	R\$ 44.405,54
(C) Total (A + B)	R\$ 36.464.363,97
(D) Total aplicado	R\$ 35.679.467,98 97,85%
(E) Aplicação Magistério	R\$ 30.584.850,87 83,88%
Saldo Diferido	R\$ 784.895,99

Créditos				
	SALDO EM 31/12/2017	ALTERAÇÕES (-)	ALTERAÇÕES (+)	SALDO EM 31/12/2018
DÍVIDA ATIVA	R\$ 62.775.151,00	R\$ 3.205.176,85	13.763.982,20	R\$ 73.333.956,35
BENS MOVEIS	R\$ 27.019.331,90	R\$ 0,00	R\$ 1.932.497,73	R\$ 30.529.768,17
BENS IMÓVEIS	R\$ 31.764.786,75	R\$ 0,00	R\$ 3.937.712,64	R\$ 35.702.499,39

Prefeitura do Município de Jaguariúna	
	Marcio Gustavo B. Reis Prefeito Municipal
	Cristina Ap. Rossi Serra Secretária de Administração e Finanças
	Sissi Helena Roque Diretora de Contabilidade e Orçamento
OBRIGADO	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

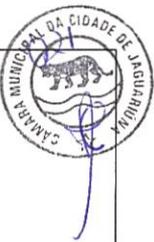


Ata da Audiência Pública, para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de dois mil e dezoito, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 001/2019, datado de 08 de fevereiro de 2019, realizada no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezenove, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Presentes os Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Cássia Murer Montagner, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, Luiz Carlos de Campos e Walter Luís Tozzi de Camargo. Deixaram de comparecer os Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cristiano José Cecon, José Muniz, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e Taís Camellini Esteves. Presente, também, a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explanações a respeito das Metas Fiscais, sendo que a mesma fez parte da Mesa. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, quinze pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Casa, Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo, cumprimentou a todos e deu início à Audiência Pública dizendo que a mesma era realizada para cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), motivo pelo qual passou os trabalhos daquela Audiência para a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, na pessoa de sua Presidente, a Vereador Cássia Murer Montagner, que convidou os demais membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, os Srs. Inalda Lúcio de Barros Santana, Vice Presidente e Luiz Carlos de Campos, Secretário; convidou, também, a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária de Administração e Finanças para fazer parte da Mesa; a Sra. Presidente da Comissão cumprimentou a todos dizendo que eles estavam cumprindo a audiência pública das contas da Prefeitura, as Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre, e que era uma audiência pública prevista em lei, na Lei de Responsabilidade Fiscal, explicou o procedimento para a realização da referida Audiência, dizendo que o Sra. Secretária de Administração e Finanças teria vinte minutos para fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais; os Vereadores poderiam usar a palavra por cinco minutos, na tribuna, tendo a Secretaria de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas; as pessoas presentes na Assembléia também poderiam usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto à funcionária da Câmara presentes na Assembléia; a seguir passou a palavra para a Sra. Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças para fazer as



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



explicações; ela iniciou sua fala dizendo que aquela era a Audiência Pública para análise das Metas Fiscais do terceiro quadrimestre de dois mil e dezoito, e que no primeiro era o quadro das Receitas, e que as Receitas Correntes tinham um valor previsto de trezentos e noventa e sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e o valor realizado foi de trezentos e oitenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro e quarenta e quatro, totalizando sessenta e um vírgula oitenta por cento; IPTU, valor previsto, treze milhões, oitenta e cinco mil e trezentos e o realizado, doze milhões, noventa mil, trezentos e quarenta e oito, cinco nove, num percentual de noventa e dois vírgula trinta e nove por cento; ISSQN, valor previsto, trinta e cinco milhões, seiscentos e setenta e três e seiscentos, e valor realizado trinta milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e treze e quarenta e nove, sendo oitenta e seis vírgula vinte e um por cento; FPM, valor previsto, trinta milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, e duzentos, sendo o valor arrecadado, trinta milhões, quinhentos e noventa e seis mil, cento e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos, totalizando noventa e nove vírgula treze por cento; ICMS, valor previsto cento e oitenta e dois milhões, cento e oitenta e sete mil, e o realizado foi de cento e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e oitenta e três, e cinquenta e sete, totalizando cento e um vírgula setenta e seis por cento; Demais Receitas correntes, cento e trinta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta no valor previsto, e no realizado, cento e quarenta e sete milhões, vinte e um mil, seiscentos e vinte e sete e trinta e cinco, num percentual de cento e oito vírgula sessenta e nove por cento; contas redutoras (ICMS, FPM, IPI, ITR, IPVA) valor previsto, menos quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, novecentos e oitenta, e o valor realizado, menos quarenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito, totalizando cem vírgula trinta e três por cento; Receitas de Capital, cinco milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta no valor previsto e no realizado dois milhões, novecentos e oito mil, oitocentos e noventa e um e sessenta e nove, sendo cinquenta e dois vírgula quarenta e cinco por cento; Transferências de Convênios, valor previsto, um milhão, novecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e realizado dois milhões, novecentos e oito mil, oitocentos e noventa e um e sessenta e nove, num percentual de cento e quarenta e nove vírgula cinquenta; Outras Receitas de Capital, tanto o valor previsto e realizado, foi de zero, zero, e o total das Receitas no Terceiro Quadrimestre, o valor previsto foi de trezentos e setenta e cinco milhões, setecentos e doze mil e o realizado, trezentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e noventa mil, quatrocentos e oitenta e seis e setenta e três, totalizando oitenta e nove vírgula cinquenta e seis por cento; o próximo quadro mostrava o gráfico das Receitas, demonstrando em forma de pizza as Receitas: IPTU, quatro por cento; ISSQN, oito por cento; FPM, oito por cento; ICMS, quarenta e nove por cento; Demais Receitas, quarenta e um por cento, e Receitas de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Capital, um por cento; o próximo quadro demonstrava a Arrecadação de ICMS 2018, mês a mês: janeiro: dezoito milhões, setenta mil, seiscentos e setenta e três e vinte e dois; fevereiro: treze milhões, cento e vinte e seis mil, novecentos e trinta e oito e trinta e quatro; março: quatorze milhões, cento e trinta e dois mil, quinhentos e vinte e seis reais; abril: dez milhões, quatrocentos e um mil, oitocentos e setenta e um e treze; maio, vinte milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta e oito e doze; junho: treze milhões, setecentos e quarenta mil, cento e sessenta e nove e quarenta e cinco; julho: dezoito milhões, dezessete mil, quatrocentos e quatorze e vinte e três; agosto: treze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito e nove; setembro: quinze milhões, cento e quarenta e três mil e trinta e sete e trinta; outubro: dezoito milhões, quinhentos e dezessete mil, novecentos e oitenta e oito e doze; novembro: treze milhões, seiscentos e trinta e dois mil, novecentos e setenta e cinco e setenta e dois; dezembro: dezesseis milhões, duzentos e trinta e um mil, cento e trinta e três e oitenta e cinco, somando um total de cento e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e oitenta e três e cinquenta e sete; no próximo quadro demonstrava um gráfico da arrecadação do ICMS, apontando claramente os meses onde a arrecadação foi maior, como o mês de Maio, com vinte milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta e oito e doze e o de mês de menor arrecadação que foi o mês de abril com dez milhões, quatrocentos e um mil, oitocentos e setenta e um e treze; o próximo quadro demonstrava as Despesas de dois mil e dezoito: Despesas correntes: valor previsto, trezentos e vinte e sete milhões, quinhentos e noventa e sete, novecentos e setenta, sendo valor realizado – liquidado trezentos e vinte e um milhões, seiscentos mil, oitocentos e três e treze, e pago, trezentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove e dezesseis; Pessoal e Encargos: valor previsto, cento e quarenta e dois milhões, seiscentos e um mil, oitocentos e sessenta e dois e setenta e sete, valor realizado liquidado: cento e quarenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e cinco e cinquenta e dois, e o pago, cento e quarenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e seis e quarenta e seis; Outras Despesas Correntes: valor previsto cento e oitenta e quatro milhões, novecentos e noventa e seis mil e cento e sete e vinte e três; valor realizado liquidado cento e setenta e seis milhões, trezentos e dezessete mil, duzentos e trinta e sete e sessenta e um e valor pago: cento e sessenta e oito milhões, setecentos e trinta e quatro mil, quinhentos e quarenta e dois e setenta; Despesas de Capital: valor previsto: dezoito milhões, oitenta e nove mil e trinta; valor realizado: liquidado: sete milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, seiscentos e vinte e sete e noventa e seis e pago: seis milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e noventa e oito e trinta o que corresponde aos mesmos valores dos Investimentos; Reserva de contingenciamento: valor previsto trinta milhões e vinte e cinco, e o valor realizado liquidado e pago estavam zerado; total das Despesas: valor previsto: trezentos e setenta e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



cinco milhões, setecentos e doze mil; valor realizado liquidado: trezentos e vinte e nove milhões, cento e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e um e nove e pago: trezentos e dezenove milhões, oitocentos e setenta e oito mil, seiscentos e noventa e sete e quarenta e seis; a seguir, o próximo quadro trazia o gráfico da Despesa em forma de pizza, apresentando o seguinte percentual: quarenta e quatro por cento – Pessoal e Encargos; cinquenta e quatro por cento – Outras Despesas Correntes e dois por cento, Despesas de Capital; os quadros seguintes apresentavam os Restos a Pagar dos seguintes anos: dois mil e doze: trezentos e quarenta e três mil, quatrocentos e doze e quinze; dois mil e quatorze: trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e seis e oitenta e três; dois mil e quinze: hum milhão, novecentos e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e noventa e sete; dois mil e dezesseis: quatro milhões seiscentos e noventa e seis mil, seiscentos e vinte e três e setenta e sete, e foram pagos até trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, dois milhões, seiscentos e oito mil, quinhentos e quarenta e seis e oitenta e seis, restando, então, dois milhões, oitenta e oito mil, setenta e seis e noventa e um; dois mil e dezessete: vinte milhões, oitenta e seis mil, novecentos e dezessete e setenta e cinco; pagos até trinta e um do doze de dois mil e dezoito, dezenove milhões, quinhentos e dez mil, quatrocentos e setenta e oito e vinte e um, restando quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e nove e cinquenta e quatro; dois mil e dezoito não tinha restos a pagar; em seguida, foi apresentado um gráfico dos restos a pagar, em forma de torres, destacando que o ano de dois mil e dezesseis foi o ano que mais Restos a pagar teve no valor de dois milhões, oitenta e oito mil setenta e seis e noventa e um; o próximo quadro, fazia um resumo dos Restos a Pagar dos anos de dois mil e doze, quatorze, quinze, dezesseis e dezessete, que perfaziam um saldo a pagar num total de cinco milhões, duzentos e oitenta mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e um; o próximo quadro trazia a Dívida Consolidada: no Primeiro Quadrimestre era num total de trinta e oito milhões, cento e vinte e cinco mil, vinte e um e noventa e um; Segundo Quadrimestre, trinta e sete milhões, quinhentos e onze mil, setecentos e treze e cinquenta e seis; Terceiro Quadrimestre: trinta e dois milhões, seiscentos e dezoito mil, setecentos e noventa e quatro e trinta e três; no próximo quadro foi apresentado um detalhamento da Dívida Consolidada, sendo assim a descrição: JaguarPrev, no valor de três milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, cento e noventa e um e noventa e sete; Cetesb, duzentos e doze milhões, duzentos e onze e sessenta e um; Precatórios: três milhões, oitenta e oito mil, cinquenta e cinco reais e sessenta e sete; PASEP, oitenta e nove mil, novecentos e setenta e quatro e noventa e dois; Secretaria de Estado da Educação, novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta reais e quarenta e um; Fornecedores, vinte e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, dezesseis reais e cinquenta e três, totalizando trinta e dois milhões, seiscentos e dezoito mil, setecentos e noventa e quatro e trinta e três; o próximo quadro apresentava a Receita Corrente Líquida de dois mil e dezoito: (A) Receitas Correntes: trezentos e oitenta e nove

4

96

44



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro e quarenta e quatro; (B) Plano Previdenciário: dez milhões, cento e quatorze mil, três reais e noventa e dois; (C) FUNDEB: trinta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta e três e noventa e sete, totalizando a Receita Corrente Líquida (A-B-C), trezentos e trinta e três milhões, novecentos e dezesseis mil, seiscentos reais e cinquenta e dois; no próximo quadro foram apresentadas as Aplicações: Receita Corrente Líquida: trezentos e trinta e três milhões, novecentos e dezesseis mil, seiscentos reais e cinquenta e dois; Despesas com Pessoal: cento e quarenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e cinco e cinquenta e dois; porcentagem em relação à Receita Corrente Líquida: quarenta e três vírgula cinquenta por cento; a seguir, foi apresentado o quadro das Receitas de Impostos: Impostos Municipais, valor aplicado cinquenta e um milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e trinta e seis e noventa e três; Transferências da União: trinta e um milhões, seiscentos e quarenta e um mil, quatrocentos e trinta e um e sessenta e nove; Transferências do Estado: cento e noventa e sete milhões, oitocentos e sessenta e um mil, cento e sete e vinte e cinco, totalizando duzentos e oitenta e um milhões, duzentos e setenta e nove mil, setenta e cinco e oitenta e sete. A seguir, foi apresentado o quadro das Aplicações na Saúde, conforme o Art. 77, III, A.D.C.T: (A) Receita de Impostos: duzentos e setenta e oito milhões, oitocentos e dez mil, novecentos e trinta e nove e trinta e cinco; (B) Empenhos liquidados: trinta e nove milhões, novecentos e nove mil, quatrocentos e quatro e setenta e quatro; (C) Empenhos Liquidados – ASAMAS: cinquenta e cinco milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e nove e quarenta e cinco; (D) Auxílios e Transferências: sete milhões, trezentos e quarenta e dois mil, cinquenta reais e sessenta e um; (E) Total Aplicado ((B+C)-D): oitenta e sete milhões, setecentos e quatro mil, novecentos e quarenta e três e cinquenta e oito; (F) Porcentagem Aplicação, trinta e um vírgula quarenta e seis por cento; o próximo quadro trazia a Aplicação na Educação: (A) Receita de Impostos: duzentos e oitenta e um milhões, duzentos e setenta e nove mil, setenta e cinco e oitenta e sete; (B) Total Empenhos Liquidados: sessenta milhões, trezentos e seis mil, trezentos e trinta e sete e trinta e três; (C) Valor retido FUNDEB: trinta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta e três e noventa e sete; (D) Auxílios e Transferências: oito milhões, quinhentos e oitenta e três mil, cento e dezenove e doze; (E) Total Aplicado ((B+C)-D): oitenta e oito milhões, cento e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e dois e dezoito; (F) Porcentagem Aplicação (E/A): trinta e um vírgula trinta e cinco; no próximo quadro foi apresentado a Aplicação no FUNDEB: (A) Valor recebido: trinta e seis milhões, quatrocentos e dezenove mil, novecentos e cinquenta e oito e quarenta e três; (B) Rendimentos: quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinco e cinquenta e quatro; (C) Total (A+B): trinta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta e três e noventa e sete; (D) Total aplicado: trinta e cinco milhões, seiscentos e setenta e nove



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



mil, quatrocentos e sessenta e sete e noventa e oito, num percentual de noventa e sete vírgula oitenta e cinco; (E) Aplicação Magistério: trinta milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e oitenta e sete, num percentual de oitenta e três vírgula oitenta e oito por cento; Saldo diferido: setecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco e noventa e nove; o próximo e último quadro demonstrava os Créditos: Saldo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezessete: Dívida Ativa: sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil, cento e cinquenta e um reais – alterações a menor: três milhões, duzentos e cinco mil, cento e setenta e seis e oitenta e cinco; alterações a maior: treze milhões, setecentos e sessenta e três mil e novecentos e oitenta e dois e vinte centavos; Saldo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito: setenta e três milhões, trezentos e trinta e três mil, novecentos e cinquenta e seis e trinta cinco; Saldo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezessete: Bens Móveis: vinte e sete milhões, dezenove mil, trezentos trinta e um e noventa – alterações a menor: não houve; alterações a maior: hum milhão, novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e três; Saldo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito: trinta milhões, quinhentos e vinte e nove mil, setecentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos; Saldo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezessete: Bens Imóveis: trinta e um milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e seis e setenta e cinco – alterações a menor: não houve; alterações a maior: três milhões, novecentos e trinta e sete mil, setecentos e doze e sessenta e quatro; Saldo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito: trinta e cinco milhões, setecentos e dois mil, quatrocentos e noventa e nove e trinta e nove. Terminada a exposição dos slides, a Sra. Secretária Cristina Serra devolveu a palavra à Senhora Presidente que a agradeceu e depois abriu a palavra aos Srs. Vereadores que quissem fazer uso, pedindo a mesma o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos, perguntando para a Sra. Secretária de Administração e Finanças sobre a dívida ativa da Prefeitura, como ela era cobrada, e o que seria feita para que solucionar esta questão? A senhora Cristina Serra disse, entre outras coisas, que muitas pessoas eles não conseguiam nem contato, a pessoa não ia, eles não conseguiam falar com a pessoa, e ela tinha um pouco de critério, um pouco de prudência para cancelar aquilo; disse que eles tinham de montar um processo, avisar que não conseguiram contato com a pessoa para depois fazer o processo de cancelamento, e viam que eram valores menores e que, às vezes, eram valores muito pequenos, três mil, cinco mil e tinham empenhos até de quinhentos reais que daí não achavam a pessoa, e ligavam não tinham o contato da empresa, a pessoa não ia receber, não reclamava, e ela achava que tinha de ser feito um procedimento daquilo, e que o Waltinho poderia ajudá-la para que eles fizessem um procedimento para que tivessem com propriedade um amparo jurídico; o senhor Luiz Carlos de Campos perguntando à senhora Cristina o que a Prefeitura tinha para pagar em trinta e um do doze eram Restos a Pagar, e a senhora Cristina disse que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



também a Consolidada; o senhor Luiz Carlos disse que eram Restos a Pagar cinco milhões duzentos e oitenta, mais o consolidado trinta e dois, e aquela diferença da liquidada para a paga, de dois mil e dezoito dava quase dez milhões; a senhora Cristina disse que sim, mas aquilo só era quando eles viravam o exercício e em trinta e um do doze não era restos, a senhora Cristina disse que era dívida mesmo, e que, provavelmente, era folha; o senhor Luiz Carlos disse de folha, mais aqueles trinta e dois e mais os Restos a Pagar dos cinco milhões, então, ele achava que estava tendo uma evolução; a senhora Cristina disse que estava e que no ano corrente eles tomaram como meta mesmo de irem atrás daqueles acordos que foram firmados e não foram cumpridos e a FAJ era uma delas, ela achava que era um projeto importante para a cidade, então, ela esperou o melhor momento para que ela tivesse condições de cumprir o do mês e mais aquele, então, ela pagava uma atrasada do parcelamento e o mês atual, porque não adiantava nada ela pagar o parcelamento e não o atual, porque ia chegar uma hora que aquilo iria terminar e até algumas empresas entraram com protocolos solicitando parcelamento e estavam no Jurídico, realmente, foram dívidas que foram até prescritas e aquilo iria virar um precatório mesmo, eram valores até altos, mas os que eles estavam conseguindo parcelar, a FAJ por exemplo, tinha sido uma vitória, não adiantava fazer um PROUNI e ficar devendo algo que ficou lá atrás, tinham de pensar como instituição, como população, como administrador e como ela já falou, lá não tinha dívida de um ou do outro, a dívida era do Município, o compromisso era do Município, então, a visão que ela tinha era aquela, e não importava, eles iriam honrar aqueles que foram parceiros, honrar o compromisso do mês, então, foi feita uma negociação um pouco mais demorada, mais criteriosa, porque não adiantava, como ela falou, a Prefeitura renegociar e não cumprir o compromisso, então, chegaram em um consenso e já pagaram a primeira; a seguir, o senhor Luiz Carlos disse que, em relação aos investimentos, comentou que viam pela cidade investimentos que tinham sido feitos em Jaguariúna, mas com recursos do Estado, recursos da União, e perguntou se, em relação àquilo se tinha alguma previsão para que o Município conseguisse fazer investimento em próprios municipais, em bens como veículos, porque, às vezes, o pessoal reclamava do sucateamento da frota, se tinha alguma previsão em relação àquilo; a senhora Cristina disse que, na questão da frota, foi feito um estudo que a grande maioria das prefeituras, e até empresas privadas, eles estavam com aquele estudo, já iam dar andamento na questão de locação de veículos por uma questão até de segurança e tudo e, realmente, ela poderia reafirmar para ele que noventa e nove por cento dos recursos eram do Estado e da União e o que acontecia com a capacidade de investimento do Município quando recebiam recursos para investimentos, então, ela ia lá e recebia recursos para construir uma escola e aquela escola, ela teria o dinheiro da construção, mas tinha o custeio dela e a cada dia que passava o Estado e a União estavam transferindo as responsabilidades deles para o Município, então, quando implantavam um projeto novo, iria aumentar o custeio e o que a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

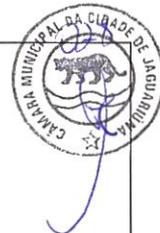


capacidade de investimento próprio caía; disse que há poucos anos atrás tinham condições de fazer um investimento, mas, atualmente, a Prefeitura cresceu muito, daí o custeio acabava aumentando e entravam naquele ciclo de terem de pedir recursos na esfera Estadual e Federal para continuarem dando manutenção na cidade na questão do investimento, porque havia um crescimento muito grande mesmo, desde pessoal até energia elétrica, e poderia parecer que não, mas era um milhão e, às vezes, ela falava para a Rosa da Tesouraria somar os pequenos da semana e dava um milhão e meio muito rápido e quando ela via, ela quase desmaiava porque eram os pequenos, e quando chegavam os grandes eles se assustavam porque era o próprio reflexo da transferência e a União e o Estado se livraram porque o custeio não era deles, a obrigação seria deles, perguntou, não, transferiam para o Município e tudo bem, e Jaguariúna era um Município privilegiado e que a questão do FUNDEB era um grande exemplo; disse que já passaram por situações, anos passados, em que eles precisavam de recursos de outros municípios para poder manter a Educação de Jaguariúna, porque a arrecadação de Jaguariúna havia caído, o número de alunos vinha menor e eles acabavam pegando uma fatiazinha de outros municípios, e que no ano corrente conseguiram virar novamente a situação, acabavam contribuindo para alguns municípios, não na mesma proporção de dois mil e quatro, não tinham, não era a mesma proporção, porém conseguiam ter o retorno e assim como fizeram com o FUNDEB eles estavam fazendo com tudo, e na área da Saúde acabava ficando para o Município manter, daí eles pegavam o recurso para investimento, ainda que em dois mil e dezoito foi surpreendente a transferência que receberam para custeio, porque era um repasse Fundo a Fundo eles tinham uma conta para cada sub função ou cada execução na Saúde e, atualmente, eles tinham uma conta para custeio e uma conta para investimento e com a contratação da consultoria, a Secretaria de Assistência Social também, muitas coisas eles estavam, a grande parte da despesa era Federal e Estadual para custeio, e ela acreditava que eles evoluíram muito, foi um ano ímpar, frisando que era muito difícil conseguir recursos, ela era testemunha do quanto o pessoal trabalhava para conseguir aqueles recursos e depois que conseguiam, trabalhavam dobrado, porque pior do que conseguir, era conseguir e perder, e eles não queriam devolver um real, e daquela forma eles conseguiram muita coisa para custeio e a capacidade de investimento estava diminuindo, quantas escolas foram criadas, quantos postos de saúde, olhavam lá tinham recursos, desde que passados alguns meses, eles seriam do Município; a seguir, fez uso da palavra, devidamente inscrita, a senhora Maria Rita Elisa Granatto, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jaguariúna, que depois de cumprimentar a todos perguntou qual era a porcentagem para pessoal e a senhora Cristina disse que era quarenta e quatro por cento; o senhor Luiz Carlos de Campos confirmou que era quarenta e três e cinqüenta; a senhora Rita disse que no gráfico estava quarenta e quatro e a senhora Cristina disse que a despesa com pessoal



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



não tinha gráfico era só slide; e com as novas contratações existia a necessidade da Guarda Municipal, Bombeiros e outros, na área da Saúde com os novos postos, perguntou se a Prefeitura já fez uma previsão de quanto chegaria a folha; a senhora Cristina Serra disse que estava para chegar da Educação, porque como o concurso seria homologado no dia nove, ela não sabia quantos iriam ser aprovados, mas a necessidade era grande, embora tivessem a Hossri, a Hossri era Educação Infantil; e a senhora Rita disse que teriam posteriormente a negociação salarial; parabenizou à senhora Cristina dizendo que eles cobravam, mas ela estava vendo que as coisas estavam indo e que estava havendo foco e que a questão da dívida ativa era uma coisa que ela sempre se preocupou, uma coisa que ela sempre questionava e ela estava contente de ter uma equipe que estava com foco naquilo, então o resultado era mais produtivo, e que precisavam crescer muito, fazer muitas coisas, mas ela estava observando que estavam caminhando e aquilo era importante, porque não conseguiam nada de um dia para o outro; lembrou que na audiência anterior a senhora Cristina falou que as Secretarias tinham uma obrigação das próprias despesas e perguntou se estava dando certo; a senhora Cristina disse que sim, que o sistema estava implantado e cada Secretaria fazia a sua solicitação de compras, então, era muito claro que a gestão orçamentária era responsabilidade do Secretário, o financeiro fazia a gestão do financeiro e o Secretário poderia dizer que ele queria fazer aquela dotação porque ele tinha dotação, mas a Finanças tinha de dizer que ele teria de esperar sessenta dias; então, ela confessava que estava meio revolucionário, porque era uma mudança cultural, e lá tudo era feito através da Contabilidade, quem acompanhava era a Contabilidade, quem remanejava era a Contabilidade, quem se virava era a Contabilidade e, atualmente, não; disse que se, atualmente, o Secretário não tivesse planejamento ele não conseguiria fazer um pedido de licitação; travava lá; havia uma necessidade, o pessoal da Contabilidade se colocou à disposição, eles tinham um pessoal do sistema que estava dando apoio, mas ela confessava que não era simples, era uma coisa extremamente técnica; na semana passada ela teve uma reunião com todos os funcionários da contabilidade, inclusive os novos, porque ela achava que ninguém nunca tinha nada para ajudar, às vezes, uma opinião era feita daquela forma há vinte anos e chegava uma pessoa nova que, às vezes, ela tinha uma visão inovadora que, de repente, iria mudar tudo, porque existia uma situação de conforto de que sempre foi feito daquela forma e chegava uma pessoa nova e falava para fazer de outra forma; disse que estavam com servidores novos e a reunião dela, o foco, foi de saber que eles teriam de pegar nas mãos dos Secretários e Diretores de cada um, o quanto eles precisassem, não importassem as dúvidas que tivessem, grandes ou pequenas para que a Prefeitura não parasse, eles tinham de estar à disposição; então, estava meio turbulento, um corria, outro corria, não era simplesinho, fazia isso e aquilo, fazia um planejamento e no meio do caminho mudava a regra do jogo; e se fez um orçamento e aquilo estava fechado, a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



pessoa iria deixar de fazer aquilo para fazer o quê? E tinham a diretriz do Plano de Governo e as Metas da ODS, estavam inteiramente ligadas. e elas tinham um porque de estarem como foi apresentada lá na audiência, então, o Secretário, além de apresentar a dotação orçamentária, ele tinha de atender o Plano de Governo porque aquilo era uma ferramenta de análise do Tribunal de Contas, o Tribunal já saiu da fase do papelzinho, era o Plano de Governo e Metas, Jaguariúna era pioneira na região, das metas da ODS, não tinha como separar uma coisa de outra, elas caminhavam com o Desenvolvimento Sustentável, Plano de Governo, aquilo tinha de ser cumprido e tinham de utilizar o Orçamento da melhor forma possível, e quando ela falou de foco, aquele era o diferencial, eles só conseguiam ter foco a partir do momento em que se conhecia onde estava e foi estabelecido previamente que era lá que tinha de chegar, então, se não se sabiam onde estavam, muito menos onde queriam chegar, e não tinha como caminhar aquilo separado; estava um período bem trabalhoso, turbulento porque todo mundo tinha de cumprir o Plano de Governo e atingir as Metas que foram pactuadas e dentro do Orçamento que foi previsto, mas ela acreditava que de lá a uns seis meses estaria tudo bem; a senhora Rita deu parabéns e comentou que ela sempre dizia: trabalhar, trabalhar, trabalhar, estudar, estudar, estudar, conhecer, conhecer, conhecer, para eles chegarem lá; a seguir; fez uso da palavra o Walter Luís Tozzi de Camargo parabenizando à Cristina pela explicação dela e dizendo que ela seria sempre bem vinda na Casa, principalmente, com aquele conhecimento que ela trazia, para discutirem a saúde financeira de Jaguariúna; falou que ele lamentava a não participação de todos os Pares lá para aquela discussão e que era um momento ímpar, importante, até para que pudessem apresentar projetos, discutir políticas públicas naquele sentido, para saberem onde gastavam, como gastavam, quem gastava e que, cobranças tinham muitas, mas atender com as responsabilidades, aos poucos; e seguindo na mesma linha que ela expos, tinha um mapa financeiro lá estruturado, parecendo dentro da normalidade, porém, com um pequeno decréscimo que ficou visível lá ao longo de dois mil e dezoito, e a primeira pergunta que ele gostaria de fazer era: a que se deu aquele decréscimo? Por que tiveram aquela perda? Onde estava registrada aquela movimentação e se ela era previsível ou não? A senhora Cristina disse que era previsível, sim, porque embora tivessem uma pequena reação na Receita de Capital, tiveram uma previsão menor e foram impactados vários convênios lá mas, eles sempre trabalhavam com uma margem pelo comportamento da execução do exercício anterior, ela achou que teriam uma variação menor de dez por cento e ficou bem próximo daquilo, e que o Orçamento para dois mil e dezenove foi feito considerando aquela execução menor de dez e um crescimento de oito, porque pelo caminhar, quando chegou julho, agosto, ela falou que iriam arrecadar dez por cento a menos; disse que pegavam o comportamento de dois anos anteriores e viam o percentual de execução até aquele momento dos dois exercícios anteriores e criava uma memória, sabendo que se até julho tinham arrecadado quarenta,

Handwritten initials and signature in blue ink.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



ela sabia que quarenta por cento da arrecadação até aquele mês iria compor o total de arrecadação, ela fazia a previsão dos outros sessenta em cima do movimento e ela viu que não chegaria, ela viu que ficaria aproximadamente em dez por cento, só que não considerou como crescimento a base para o Orçamento de dois mil e dezenove, o Orçamento de dois mil e dezoito, a previsão de execução orçamentária de dois mil e dezoito e ela colocou oito de crescimento, mas já era previsto e ela achava que no segundo quadrimestre eles já colocaram aquela situação de que haveria, sim, e, realmente, eles contingenciaram bastante coisas e conseguiram passar, mas era previsto, e no ano atual ela nem colocou dez, ela colocou oito, sendo muito positiva, achando que poderia ocorrer, sim, embora tivessem medidas, a criação do Departamento de Dívida Ativa, a Prefeitura era má cobradora, aquela era a verdade e, dentro daqueles créditos inclusive, eles tinham de saber o que era real, o que não era e tudo aquilo compunha no decorrer do ano e eles iriam conseguir falar que iriam conseguir diminuir aquele débito, não iria mais ser dez, iria ser cinco conforme colocassem aquele departamento com aquela estatística que já estava sendo feita daquilo que, realmente, tinha previsão de Receita, porque Dívida Ativa era a grande surpresa e a ferramenta que melhor funcionava, ainda era a execução, porém ela teve algumas idéias com relação ao implemento para evitar a inscrição em dívida, então, ela achava que se tinham uma fatia de uma dívida que seria uma receita deles daquilo que eles não iriam receber, ela achava que tinham de dar um carinho especial para aquele que também estava pagando, então, algumas coisas que estavam esperando, aquela estatística para sugerir que houvesse um aumento, e o Tribunal estava acompanhando de perto, ela estava dizendo lá "in loco" que o Tribunal dava uma pincelada e por amostragem ele pegava pontos específicos e questionava que providências estavam sendo tomadas, então, estavam chegando em um ponto que não poderiam ficar inerte diante de algumas situações de arrecadação, não era só a questão da Despesa, todo mundo se preocupava muito em economizar, porém, pensar em arrecadar era um caso, do tipo na casa dela se ela não podia cortar despesas, ela tinha de arrumar uma forma de ganhar mais, então, daquela forma ela achava que tinha de ser a Prefeitura, tinha de criar instrumentos de arrecadação; o Sr. Walter Tozzi perguntou, baseado na pertinência da colocação do Vereador Luiz Carlos, com relação aos investimentos, ele gostaria de saber, e que sabendo que recursos Federais, Estaduais estavam a caminho, até porque lutaram por muitos deles que estavam chegando para o Município naquela trajetória e ele gostaria de saber se o que tinham ainda de Restos a Pagar, dívida fundada se aqueles problemas que lá estavam iriam interferir em alguns investimentos e ele destacava lá alguns investimentos que, na opinião, dele eram necessários e urgentes, a questão da Educação, construção de novas escolas e creches, na Saúde, maiores investimentos para Postos e até transformar a UPA em vinte e quatro horas, e um que ele achava crucial no Município, era a questão do investimento em água, já que tiveram uma crise hídrica muito forte e não estavam longe



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



daquilo poder voltar para o Município, e sabiam que uma cifra um pouco elevada de investimentos, por volta de seis milhões, era a informação que eles tinham, e perguntou se poderia ser impactada ainda e sofrer consequências em virtude do que tinham para cumprir obrigações financeiras; a senhora Cristina Serra disse que não, que já foi pactuado inclusive no Orçamento aquilo, eles sabiam que a questão da água não tinha como fugir daquela situação, não tinha mais como ir dando um jeitinho, o problema estava instalado e ele tinha de ser resolvido; naquele primeiro momento era questão de investimento próprio, não tinha como, só se em uma questão de autarquia conseguissem recursos para investimento em água; disse que na questão de construção de escolas, tinham por convênio, teriam a construção de algumas creches que teriam a maior lá do Jaguariúna um e dois, aqueles investimentos tinham um e outro, alguns outros recursos e tinha um de uma valor até significativo que vinha para a Educação, que era o QESE, Cota Salário Educação, que vinha em torno de quatrocentos a quinhentos mil mês, então, ele poderia ser usado tanto para custeio, quanto para investimento, e investimento, ela voltava a falar, que era Recurso Federal, que poderia comprar carteira, poderia pagar transporte, poderia comprar merenda, não poderia pagar pessoal, poderia pintar, ampliar uma escola, e como ela falou que a prioridade naquele momento seria a questão da água, a Educação estava caminhando, a construção das escolas e era recurso externo, a questão da pavimentação estava para sair, eram coisas que tinham carência para pagar e ela disse que um dos objetivos seria acelerar o pagamento daquelas dívidas até o final do próximo ano, porque eles iriam ter aquele aumento de custeio, então, tinha de criar um equilíbrio, não poderia ter dívidas para que a Prefeitura conseguisse manter uma escola em período integral; disse que um adolescente, por exemplo, ele iria cedo para a escola, tomava o café da manhã, almoçava, tomava o café da tarde, jantava e iria embora, ele comia para cinco crianças de uma creche, em uma refeição, era uma série de coisas que iriam impactar em custeio, por isso a preocupação deles no parcelamento daquela Dívida Consolidada, por isso eles tinham de incentivar quem pagava a receita própria, o incremento da receita própria, para aquilo, porque ela poderia gastar na Educação, independente de para onde, era diferente de um recurso que chegava carimbado para determinado setor e a preocupação era a arrecadação própria, aquela que poderia gastar da forma que quisesse, poderia gastar na Educação, na Saúde, na Segurança, não tinha a responsabilidade de ter sobra de sessenta por cento para gastar, das receitas de transferências, então, era vinte e cinco e quinze no mínimo e como gastavam trinta e trinta e cinco acabava não sobrando muito, então, aquele ano era o ano da atenção especial para receita própria para que conseguissem cumprir aquelas prioridades que o Vereador colocou, a água era um problema que tinham de resolver a toque de caixa, não foi previsto orçamento para aquilo e eles acabavam tirando orçamentariamente e financeiramente havia um equilíbrio, e a Receita própria tinha destino certo, por isso a meta de aumento dela em liberdade de gasto e pagamento da dívida para



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



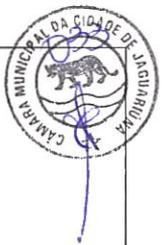
que conseguissem ter fôlego para aquele custeio que estava por vir, e que não era pouco; o senhor Walter Tozzi disse que era para a senhora Cristina transmitir os parabéns dele ao senhor Gustavo pelo trabalho dela desenvolvido junto à pasta dela e ele sabia que o trabalho era árduo e eles estavam conduzindo com brilhantismo à frente das finanças da Administração da cidade; a senhora Cristina Serra agradeceu aos Vereadores, porque aquelas audiências eram muito positivas e ela saía delas com sugestões, com diretrizes e ela não atendia povo, mas os Vereadores atendiam povo, então, era deles que chegavam as indicações, as sugestões, de acordo com as necessidades da população, e ela ia apenas passar os números, até ela brincou um pouquinho dizendo que o Bozó era o professor, mas todo mundo acabava ensinando a eles, dando uma luz, por onde eles tinham de ir, aquelas necessidades que o Vereador colocou eram muito positivas, porque eles sentiam as necessidades da população e eles davam o melhor; a seguir, pediu a palavra o senhor David Hilário Neto que cumprimentou a todos, dizendo que eles estavam conversando antes do início da reunião, só para eles poderem entender um pouquinho mais, a respeito da dívida ativa que era algo que assustava muito e aquilo vinha aumentando a cada dia e sem meios efetivos para conseguir dar um retorno para a população, podendo receber aquele recurso; a questão do REFIS, ele perguntou se deu certo no ano corrente ou não, porque foi uma mudança, baixou o parcelamento e como ela falou, eles atendiam muito a população e muitos o procuraram com dívidas muito grandes, que o parcelamento em trinta vezes não foi suficiente e muitas pessoas foram questionadas em fazer aquele parcelamento, mas já sabiam que não iriam cumprir devido ao valor que ficava uma parcela e ele perguntou se no ano atual tinha alguma previsão de fazer um REFIS diferenciado, como estava aquela situação; a senhora Cristina Serra, Secretária de Administração e Finanças disse que ainda não foi retomada e que fazia vinte e cinco dias que terminou o REFIS, então, ela estava apurando o total que foi arrecadado, quantos pagaram à vista, quantos parcelaram, a média de parcelas, de valor de parcelas, e aquela era uma área que ficava muito dentro do sistema, então, o Departamento da Dívida Ativa iria analisar com outros olhos, não com o relatório que tirou de um sistema, era estudar a real situação que estava a população, porque a pessoa falava que iria lá e negociava a dívida e não sabia se a iria conseguir cumprir, então, aquele Departamento foi criado justamente para aquilo, não só levantar a origem da dívida, quanto era média, média de adesão, de parcelamento, de valor de parcelas, até onde poderiam chegar para que o município conseguisse cumprir e não era interesse deles também que aquele município tivesse problemas; a Prefeitura precisava daquela arrecadação, não adiantava fazer um parcelamento e contar que iria entrar aquela Receita e o município não pagar, não era interessante, porque fariam uma programação de uma receita que não iria entrar e ela achava ineficiente; o senhor David Neto perguntou sobre mais uma dúvida, a questão da folha de pagamento, a Rita roubou as perguntas dele, mas que, atualmente, estavam com

96 m.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



quarenta e quatro por cento e o permitido por lei era cinquenta e quatro; a senhora Cristina disse que cinquenta e um era limite prudencial, tinham de começar a tomar algumas ações; o senhor David perguntou se tinham previsão de aumento salarial porque ele sabia que seria uma discussão muito longa ainda, mas se teria algum índice que já estavam pensando que não iria impactar diretamente no Orçamento; e a senhora Cristina Serra disse que o que estava previsto, que ela conseguiu para que não chegassem muito perto do prudencial, considerando que tinham o concurso que iria abrir, tinham algumas vagas que foi orientação do Tribunal de Contas, que tinham de chamar; aquelas pessoas que estavam lá que eles iriam qualificar e que não sabiam quantas seriam necessárias, às vezes era para chamar trinta e eles chamavam cinco e diziam para parar porque atendeu a demanda e não precisava de dez, então, o que estava previsto, sendo muito realista como ela falou na audiência de Orçamento, estava os dois por cento, porém, tiveram as rescisões em dezembro, o pessoal por tempo determinado, mas, atualmente, tinha o novo emergencial da Educação, que iria contratar uma pequena quantidade de pessoas e iriam ver a impactação do concurso mesmo, não era emergencial, nem por tempo determinado, era do concurso, e não passou pelas mãos dela o número de vagas, porque as pessoas solicitavam menos, que queriam dez e daí mandavam dois, e a pessoa falava tudo bem, então, conforme era solicitado pela Secretaria, passava pela Contabilidade, por Finanças para fazer o impacto orçamentário, e que tinha uma margem, porém, a hora que ele solicitava por ofício, pediu cinco, ela liberava dois, e qual era a impactação daquilo, perguntou; então para aquilo que tinha o impacto orçamentário e financeiro, faria a projeção daquilo, e como o Vereador colocou, tinha muita gente para contratar; o senhor David Hilário Neto disse que ele viu que a briga iria ser boa ainda; falou que, atualmente, o Município poderia remanejar vinte por cento, e perguntou se foi utilizado aqueles vinte por cento; a senhora Cristina disse que na grande parte das vezes eles não chegavam naqueles vinte; o senhor David disse que ela comentou que a Secretaria estava tomando conta da própria Receita, a senhora Cristina disse que eles já sabiam daquilo, tinha no máximo, cada um tinha quinze dentro da Secretaria dele, ele ia escolher, ele iria fazer uma solicitação de cotas; o senhor David perguntou se quinze por cento ele contaria que poderia usar; a senhora Cristina disse que não, que quinze por cento ele poderia remanejar dentro da Secretaria dele; o senhor David perguntou se dentro da própria Secretaria e a senhora Cristina disse que sim, que cada um iria trabalhar dentro da sua Secretaria, senão fugia do controle também; o senhor David disse justamente, e perguntou se no ano passado teve remanejamento de Secretarias ou não, e a senhora Cristina Serra disse que sim, teve; o senhor David perguntou como funcionava, e a senhora Cristina disse que era uma briga; e o senhor David disse que era questão de prioridade de Governo e a senhora Cristina respondeu que sim, que cada Secretário passou seu Orçamento, e aconteciam eventualidades, por exemplo, aquele temporal era uma coisa emergencial que ela chegou

9 & m.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



até a questionar aquela reserva de contingência se colocava para lá ou não colocava, porque se até junho não usassem e ela deu uma segurada, não mexeu nela, porque quisesse ou não aquilo reduzia o contingenciamento no final do ano, não dava, seria uma situação, sim, emergencial, a chuva destruiu, eram ruas, pessoas perdendo casa, perdendo tudo, mas graças a Deus conseguiram contornar sem mexer naquilo, e se quisesse fazer algo que não foi planejado, então, ao que iria deixar de fazer para fazer algo que não foi planejado, era entre as Secretarias; a seguir, pediu a palavra o senhor Afonso Lopes da Silva, que depois de cumprimentar a todos disse que ele ficou contente com o assunto que o David tocou que era sobre o REFIS, e ele achava que todas as audiências das Metas Fiscais, quando ele estava presidindo, ele ficou decepcionado com os números que foram apresentados lá com relação àquilo, porque eles discutiam lá os números, porque era uma questão que eles ficavam na impressão de que eles estavam ajudando o município e facilitando as coisas para o munícipe, então, eles tinham sempre aquela discussão lá, que era fácil mas, com os números ficaram decepcionados com relação ao resultado do REFIS; disse que a Cristina falou uma coisa legal que ele achava que era aquilo, que a partir do momento que discutiam as coisas e viam que foram tomadas algumas decisões, eles ficavam contentes, e ele até gostaria que fizessem um estudo só a respeito do REFIS, o resultado e que aquela nova preocupação deles fosse feito um relatório, que fosse apresentado, porque sempre que apresentava o REFIS, tinha uma coisa que o pessoal sempre colocava, parecia que eles estavam punindo quem pagava em dia, mas ele ficava contente de estarem tendo aquela preocupação do REFIS, em irem atrás, verem o que a Prefeitura tinha para arrecadar; a senhora Cristina disse que não havia aquela preocupação, o que estava inscrito, quem pagou, pagou, aumentava, diminuía, então, o Departamento foi criado justamente para aquilo, tinham as informações precisas, qual era a real necessidade do cidadão, ele conseguia a média de parcelamento, se tinha sido em trezentos reais, qual foi a inadimplência de quem não conseguiu pagar, aquilo era muito importante, não adiantava discutir um projeto de lei, ela criar uma expectativa de uma arrecadação que não acontecia e o munícipe continuar sem resolver o problema dele, todos trabalhariam em vão; a seguir, pediu a palavra a senhora Inalda Lúcio de Barros Santana que cumprimentou a todos e disse que ela estava na mesma dúvida sobre o REFIS e que ela acompanhou também lá no Tributos, nos dois últimos dias e a pessoa ia lá e fazia o parcelamento e depois não voltava; a senhora Cristina disse que tiveram casos da pessoa que ficou o dia todo lá, pegou a guia e não pagou, e eles tinham a estatística de guias emitidas e efetivamente pagas e teve uma emissão de guias exorbitante, porém, não foram pagas todas, eram aqueles números que estavam sendo levantados, guias emitidas efetivamente pagas; a senhora Inalda disse que ela sabia de pessoas que foram lá, fizeram o parcelamento e ficaram felizes da vida, só que aquilo foi o ano passado e não voltaram, não pagaram, e no próximo ano teria REFIS de novo e como ficaria? A senhora Cristina



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Serra disse que a execução ficou um pouquinho mais complicado, não estava mais simples como era, porque foram executados todos os débitos até dois mil e dezessete, muita gente correu lá, todo mundo entrou em pavorosa, correu lá, mas muita gente também correu e parcelou e eram pessoas conhecidas, pessoas conhecidas dela também, que lutavam e que não poderia perder, ia lá e parcelava, e ela olhava para a vida da pessoa e via que ela não ia conseguir pagar, então, tinham uma estatística de qual era a média de valor mensal que, realmente, garantia para a Prefeitura de que ela iria receber, a capacidade financeira do município estava em que faixa de parcela? Qual era a média de dívidas de IPTU, de tarifa de água e esgoto, separadamente por tributo, para verem qual era a média de capacidade financeira que a cidade tinha, atualmente, de pagar, porque eles faziam o REFIS de uma expectativa, a Receita não entrava, voltava para a Câmara, tinha aquele rebu lá, chegaram em uma tarde atender mais de quatrocentas pessoas, pegaram a guia e eles achavam que iriam receber em dinheiro, mas foi uma decepção e ela achava que tinha alguma coisa errada, pediu para a Rosa entrar no banco e olhar; o senhor David, pediu novamente a palavra e disse que uma das coisas que aconteceu foi que ele achava que a pessoa esperava parcelar em sessenta, como ela parcelava no ano passado, ela pegou a fila sem saber a regra do jogo, quando saiu o boleto que ela não parcelaria, então, ela disse que eles davam o prazo por número de parcelas, poderia fazer em quarenta e oito que dava, ela preferia estender, pensar que aquela receita iria entrar e que eles estariam ajudando ao município também, e ela achava que todo mundo dispensava tempo, trabalho e trabalho era dinheiro, tempo era dinheiro e o pessoal da recepção trabalhava até dez, eles distribuíam as senhas até as cinco e depois ficavam até as dez, onze da noite, daí quando ela tirou o extrato, ela falou para a Rosa que tinha alguma coisa errada e perguntou se ela havia entrado em todas as contas, porque parecia que ela estava de brincadeira, ela levou um susto porque não tinha o reflexo, então, eles não tinha o termômetro para saber prazo, daí eles iriam entrar em montante de parcela, iria passar fevereiro, março, abril eles já conseguiriam saber quem iria pagar, quem não, e quem pagou a primeira fez a adesão, pagou a segunda, daí enroscou, daí não deu mais; novamente com a palavra com a senhora Inalda, ela disse que o que ela tinha para falar para ela era dar seus parabéns; o senhor Luiz Carlos pediu a palavra novamente e disse que daqueles setenta e três milhões da dívida ativa; a senhora Cristina Serra disse que daria um pouquinho mais e que ela, infelizmente, iria republicar, infelizmente; o senhor Luiz Carlos de Campos perguntou se ela ainda não tinha uma estatística de quanto seria o IPTU, ISS; a senhora Cristina disse que no sistema antigo ela diria até o mês de novembro, na implantação, o sistema que tinham, realmente, eles mexiam manualmente, e quando fez a importação, era para pensarem em uma sopa de letrinhas, então o pessoal estava trabalhando, o pessoal da empresa, eles estavam trabalhando, a Elisa também, o pessoal dos Tributos, numa força tarefa, e eles iriam ter sim, na próxima audiência por cada imposto, taxa, inclusive o que eles recebiam à



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



vista de cada um deles o que tinham parcelado por imposto, daí entrava uma estatística interna que ela achava que valia a pena no próximo REFIS ser discutido, que era a questão do montante mensal, o que a população conseguiria pagar, então, de acordo com o montante da dívida, a capacidade financeira, eles faziam a projeção do número de parcelas, começariam de baixo para cima e não de cima para baixo, iriam dar condições e iriam receber também e fazendo aquele trabalho, pensando em um trabalho de incentivo para evitar a inscrição na dívida; o senhor Luiz Carlos de Campos disse que sabiam que o país havia passado uma crise séria, ainda; o senhor Luiz Carlos disse que sofriam muito mais, as pessoas perderam emprego, então, era difícil; a senhora Cristina disse que era a primeira coisa que ela parava de pagar; o senhor Luiz Carlos disse que a pessoa pagava a parcela da casa própria dela, então, eles sabiam que era complicado, a crise econômica impactou cem por cento dos municípios, ele achava; a senhora Cristina Serra disse que eles precisavam sentir a capacidade financeira do município, qual o valor da parcela que tinham maior adimplência, o que achavam que em um senso comum todo mundo conseguiria pagar? E eles tinham os pés no chão, falar que não tinham condições de manter aquele projeto, ou fazer ou tomar uma ação dentro daquela administração se vivia em uma ilusão de que se iria receber uma receita que não vinha, então, se tinha contratado um funcionário, teria de pagá-lo, o salário dele e os encargos, e tinham prefeituras que estavam começando a pagar o décimo terceiro, e disse que eles já começaram a pagar a primeira parcela do décimo terceiro de dois mil e dezenove, já pagaram, de quem fez aniversário em janeiro e fevereiro, e foi positivo para o servidor e foi positivo também para a Administração, eles não tinham um impacto como, por exemplo, se pegava uma queda de arrecadação de ICMS e tinha de pagar naquele dia era o décimo terceiro salário, e ela deixava de pagar fornecedor, pronto, já criaram um outro problema, ela achava que eles estavam conseguindo retomar o equilíbrio, alguns tópicos de estatísticas da realidade da cidade, da capacidade financeira de cada trabalhador, de cada contribuinte, e tinha uma Receita como dizia a avó dela, “antes pingar do que secar”; a seguir, a senhora Presidente perguntou se tinha mais alguém que queria fazer uso da palavra; a senhora Cristina fez suas considerações finais, dizendo que como sempre ela queria agradecer e que as perguntas sempre abriam horizontes para algumas idéias que eles tinham e tinha um ditado que dizia que a mesma cabeça que trazia as dúvidas, às vezes, trazia a solução; agradeceu muito mesmo às perguntas que iam dando direção da real necessidade e realmente foi muito bom; a senhora Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Cássia Murer Montagner, a seguir, agradeceu muito a Secretária, também, e disse que ela participava sempre na Casa, na Presidência do Silva e ela acabava aprendendo muito, e ela, particularmente, ficou muito esperançosa com as coisas que foram faladas naquela noite, e que ela via na Educação trinta e um por cento, sendo que o mínimo era vinte e cinco por cento, mas, mesmo daquela forma, trinta e um por cento seria

98
17



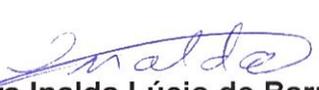
Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



muito menos do que seria o necessário, mas a cidade tinha um esforço naquele sentido; a senhora Cristina disse que existia uma qualidade na Educação; a senhora Presidente disse que, quando estavam se esforçando para avançar para o ensino integral, e voltava um pouquinho mais do FUNDEB, eles sabiam que a cidade teria de se esforçar um pouquinho mais, mas enfim, havia soluções e percebiam que havia um rumo e ela ficava satisfeita, contente e, principalmente, com as explicações e com a participação de todos; disse que eles poderiam estar encerrando aquela audiência pública que, no ponto de vista dela, foi extremamente satisfatória. Agradeceu a todos e encerrou a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereadora Cássia Murer Montagner
Presidente


Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana
Vice-Presidente


Vereador Luiz Carlos de Campos
Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Jaguariúna, 13 de março de 2019

Ofício n.º 228/2019. - PRE

Senhor Prefeito

Atendendo solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade (cópia anexa), passamos às mãos de Vossa Excelência cópia da **Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de 2018**, realizada aos 25 de fevereiro do corrente, por esta Casa de Leis.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.

